

SÉRIE ANTROPOLOGIA

154

**ESCRITA E ORALIDADE: UMA TENSÃO
NA HEGEMONIA COLONIAL
Wilson Trajano Filho**

**Brasília
1993**

ESCRITA E ORALIDADE: UMA TENSÃO NA HEGEMONIA COLONIAL*

WILSON TRAJANO FILHO
(Universidade de Brasília)

Este artigo tem como tema central o modo pelo qual a escrita e a oralidade se relacionam na criação de uma hegemonia cultural e política nos núcleos urbanos da Guiné-Bissau. A oralidade é representada aqui pelos rumores, que são uma forma culturalmente instituída de narrativa oral nas cidades da Guiné. Tomo o sistema de rumores tão característico desse meio social para argumentar a) que dão expressão a um dilema básico da sociedade crioula da Guiné, ligado à construção de uma identidade social; b) que são historicamente endêmicos; c) que este dilema se desdobra em uma tensão entre dois modos de comunicação: o escrito e o oral; e d) que esta tensão foi significativa e importante para a criação de uma hegemonia no contexto colonial.

I - OS SAPA KABESA E A CRIANÇA APRISIONADA

Miranda morava no bairro de Belém. Trabalhava como marceneiro em uma pequena empresa. Nasceu em uma vila perto de Nhacra, mas vivia em Bissau desde criança. Filho de pais Balantas, ele se considerava cristão. Casado com uma mulher de Bissau, tinha três filhos pequenos. Estava desconsolado com a vida. Reclamava do pouco dinheiro que tinha, do preço do saco de arroz, e dizia que não conseguia vislumbrar alternativas para a situação dos mais pobres como ele. Conformado, diz apenas: N'sufri! Falava com nostalgia dos anos passados, relembrando como podia comprar mais arroz com o que ganhava, como ajudava mais os parentes e como viver era menos difícil. Hoje, dizia ele, é arriscado andar pelas ruas à noite por causa dos roubos, assaltos e outros perigos de natureza mais mística. Excetuando-se esses últimos, os outros eram coisas impensáveis anos atrás. Perguntei o porquê disto e ele disse que os responsáveis eram os ganenses, senegaleses e outros africanos vindos dos países vizinhos. Os sapa kabesa eram o maior perigo. Há pouco tempo ele havia sido informado por um conhecido que veio de Bambadinca que uma criança fôra morta e decapitada por lá. Antes já havia tomado conhecimento de um homem que desaparecera em Bissau. Miranda suspeitava que o desaparecido tinha sido mais uma vítima dos sapa kabesa. Perguntei quem eram esses misteriosos personagens. Miranda não sabia dizer em pormenores. Podia somente afirmar que era gente que andava por todo o país, matando e cortando a cabeça de suas vítimas para levá-las ao Senegal, onde eram vendidas por alto preço e consumidas em cerimônias. Indagado sobre quais cerimônias, ele enfatizou que era cristão, e que não sabia dizer com precisão: eram cerimônias dos senegaleses, feitiçaria, coisas dos iran (espíritos). Ele não conhecia as supostas vítimas nem se lembrava dos detalhes das estórias. Perguntei se era

* - Mariza Peirano e Alcida Ramos leram versões anteriores desse artigo e fizeram comentários e críticas valiosas. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP) me acolheu como Investigador Associado. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Ford Foundation financiaram minha pesquisa na Guiné-Bissau em 1987-1988 e em 1992. Meus agradecimentos a esses colegas e a essas instituições.

mesmo verdade que isso estava acontecendo. Sua resposta foi um curto jinti ta konta (o povo diz), e não deu sequer um dedo de pensamento a mais sobre a questão. Imediatamente passou a divagar com indignação e raiva sobre quem poderia matar uma criança e cortar-lhe a cabeça, o que movia tal pessoa a uma atitude tão bárbara e sobre os castigos que ela merecia.

Ouvi em outras ocasiões rumores sobre os sapa kabesa. Em geral, o enredo dos rumores era o mesmo, variando os detalhes sobre a identidade social das vítimas -- ora era uma criança, ora um adulto; ora vivia em uma localidade, ora em outra -- sobre quem havia transmitido a estória -- ora um amigo ou conhecido tomara conhecimento direto do fato, ora um outro amigo ouvira de terceiros -- e sobre o destino das cabeças -- ora era o Senegal, ora a Guiné-Conacry. A identidade e os motivos dos sapa kabesa, assim como a finalidade das cerimônias onde as cabeças eram consumidas eram pontos opacos. Pouco era dito sobre isto, mas esse pouco sempre se referia aos africanos estrangeiros que vivem ou passam pela Guiné. A veracidade dos rumores raramente era tematizada; não eram estórias às quais se aplica o julgamento de verdade ou falsidade. O contexto em que eram contadas também era muito assemelhado. O contar era parte de uma reflexão sobre as dificuldades da vida contemporânea, principalmente sobre a insegurança, a carestia e a violência.

Nelo morava na praça¹. Trabalhava em um órgão público. Nasceu em Bissau, filho de uma família mestiça de guineenses e caboverdianos. Nessa cidade fez seus estudos liceais e realizou seu curso universitário em Portugal. Estava então casado com uma moça da praça, pertencente a uma família com o mesmo status que a sua, e também tinha filhos pequenos. Eu costumava encontrá-lo freqüentemente em um bar no centro da cidade onde conversávamos informalmente.

A crise econômica por que passava o país havia elevado o contingente de desempregados que todos os dias chegavam à capital. A falta de empregos, os baixos salários daqueles poucos que estavam empregados e as constantes crises de abastecimento que elevavam os preços dos gêneros alimentícios contribuíam para aumentar o número de roubos a residências, possibilitado o surgimento de um ou outro caso de assalto à mão armada. Essas ocorrências tornaram-se temas privilegiados das conversas informais e exemplificavam a razão pela qual os guineenses atribuíam uma fragilidade à Guiné-Bissau, quando a comparavam com outros países. Nelo gostava de conversar sobre isto. Um dia, com um sentimento de indignação mais forte do que o habitual, ele me contou que a situação tinha chegado a tal ponto que havia pessoas sendo aprisionadas por desconhecidos com objetivos excusos. Uma criança fôra encontrada presa em um contentor quando estavam prestes a embarcar em um navio para a Europa. Estava tão aterrorizada e fragilizada pelo acontecido que não sabia informar quem havia feito aquilo com ela. Pedi detalhes sobre o caso, mas Nelo não podia dá-los. Sabia apenas que era uma criança da praça. No mesmo dia ouvi essa estória outras vezes, sinal que o rumor já havia se difundido pela cidade.

¹ - Praça é o termo crioulo que designa os centros urbanos em geral e, no interior deles, a parte mais urbanizada, o centro.

II - OS RUMORES E A NACIONALIDADE

Em outra ocasião (Trajano Filho, 1993) fiz uma análise detalhada destes rumores, cabendo aqui apenas uma reprodução muito sucinta de suas conclusões. As tramas sobre os sapa kabesa e sobre a criança aprisionada no porto dão a pensar sobre um projeto de ser elaborado pela sociedade crioula, que tem, no projeto, a pretensão de ser uma sociedade nacional. Neste sentido, os dois rumores realizam uma narrativa da nação através da demarcação e manutenção de fronteiras simbólicas que criam uma arena de sociabilidade própria ou, para lançar mão da poderosa expressão cunhada por Anderson (1983), uma comunidade imaginada. Para moldar a nação, os rumores tematizam a relação fundamental para qualquer identidade social, aquela que põe em oposição Nós e o Outro. Assim, através das práticas de sacrifício humano, de canibalismo e de caça às cabeças, o primeiro rumor cria uma descontinuidade entre a sociedade guineense e outras sociedades africanas nacionais, fundando uma alteridade. Vale lembrar que os suspeitos da prática de cortar cabeças são os estrangeiros africanos e que as cabeças são consumidas fora da Guiné-Bissau. Por outro lado, lançando mão de símbolos polissêmicos, condensados e motivados historicamente -- o porto e os artefatos que o compõem -- o segundo rumor funda uma segunda alteridade, tematizando a descontinuidade entre a comunidade imaginada que é a Guiné-Bissau e o mundo dos brancos europeus.

Nesse mesmo trabalho, chamava a atenção para o fato de que as mensagens veiculadas pelos rumores detêm grande autenticidade, autoridade e poder de convencimento, e que essas características estão relacionadas a alguns elementos de sua estrutura formal.

Em primeiro lugar, os rumores têm uma estrutura narrativa aberta. Eles são transmitidos por meio de interações face a face nas quais os sujeitos sociais estabelecem entre si uma espécie de diálogo semi-dramatizado em que as mensagens, mais do que transmitidas, são criadas, negociadas e recriadas. Deste modo, no decorrer de uma série de interações, a trama pode ser modificada, agregando a ela novos sentidos e fatos, e afastando interpretações prévias. As mensagens veiculadas por um rumor não têm, portanto, um sentido monolítico proveniente de uma fonte social detentora de uma autoridade inquestionável. Durante sua trajetória, os sentidos se transformam graças à participação ativa e criativa de todos os sujeitos envolvidos em sua transmissão, que são efetivamente os sujeitos da criação e interpretação das mensagens.

O modo pelo qual os rumores apresentados narram a nação exemplifica o que chamo de estrutura aberta. Eles moldam a comunidade imaginada por meio da fundação de alteridades. A Guiné-Bissau é afirmada, de fato, pelo silêncio e pela relação que um guineense ainda indefinido estabelece com um Outro bem delineado. No simbolismo condensado dos rumores, quem participa dos atributos explicitamente postos pela narrativa são os estrangeiros, africanos ou europeus, que cortam cabeças e as consomem ou que aprisionam crianças. O conjunto de atributos que, nos rumores, caracteriza a nação e seus membros é um conjunto vazio, aberto à negociação, cujos limites podem ser expandidos ou contraídos desde que não destruam as fronteiras simbólicas demarcadoras da diferença.

Em segundo lugar, a nação narrada pelos rumores não se localiza no plano da pura idealização. Embora veiculem projetos, os rumores os constroem a partir de uma realidade empírica imediata e de uma historicidade particular. Assim, a comunidade é imaginada como uma totalidade social detentora de uma história própria, que vivencia concretamente

dramas, conflitos, tensões e contradições reais e atuais, e portadora de uma estrutura de valores e símbolos que atribui sentido à história, dramas e conflitos da comunidade. A própria narrativa que constitui a nação é construída pela articulação de alguns desses símbolos. Neste sentido, os rumores são formas narrativas que estocam e consomem os símbolos básicos da cultura. Entretanto, a cultura crioula produziu outras formas narrativas que também são depositárias da tradição, com seus símbolos e valores: as fábulas, que na Guiné são chamadas de storya, os provérbios e as dibiña (adivinhações). Essas formas parecem representar a tradição naquilo que ela tem de conservadora e estática, sendo utilizadas em contextos de socialização, em geral, como instâncias de controle social. Por outro lado, os rumores, por articularem a estrutura de valores com o imponderável e o conjuntural, são especialmente adequados para pensar situações e eventos envolvendo a mudança sócio-cultural, e para elaborar projetos sociais em contextos de grande dinâmica social. A articulação entre estrutura de valores e elementos da conjuntura mantém o projeto para a nação ancorado na realidade vivida pelos guineenses, conferindo a ele grande autoridade, credibilidade e atualidade.

III - A ENDEMIA HISTÓRICA DOS RUMORES

Os rumores são endêmicos no mundo da cultura crioula, e essa endemia é histórica, tendo lugar nos diversos momentos em que a sociedade crioula se deparou de modo mais intenso com o seu permanente dilema estrutural de ser ou não ser crioula, isto é, de não ser portuguesa nem tradicionalmente africana. Demonstrar o caráter histórico dessa endemia poderia se reduzir ao simples ato de recolher narrativas de rumores passados em número suficiente para que a própria quantidade se tornasse uma evidência apodíctica de sua maciça constância na sociedade. No entanto, os dados de que disponho fazem com que essa demonstração tome caminhos mais tortuosos. Em primeiro lugar, não tenho em minhas notas de campo o registro de um grande número de rumores que tenham existido em um passado remoto. Se os rumores são endêmicos, são também ligados à conjuntura e, como vimos, bastante abertos à modificação no transcorrer das interações sociais em que são veiculados. Uma vez que as circunstâncias que os ativaram se transformam, assim também eles o fazem. Tal modo de existir faz com que a memória oral da sociedade não retenha por um longo período uma versão congelada de um rumor, mesmo porque seu processo de transmissão inviabiliza quase sempre a idéia de uma versão paradigmática que possa ser rigidamente fixada na memória.

Uma segunda alternativa seria buscar nas fontes escritas um registro direto dos rumores passados. O qualificativo "direto" se refere à necessidade de as fontes escritas registrarem explicitamente as ações narradas como pertencentes à forma narrativa dos rumores. Aqui também o registro é marcado pela parcimônia, o que torna difícil qualquer inferência segura sobre a sua endemia histórica na sociedade crioula. Em todo caso, a mera existência de registros sobre rumores, enquanto rumores, nas fontes escritas é uma evidência de que eles eram uma forma narrativa utilizada para transmitir mensagens nas praças da Guiné.

Marques Geraldês (1887), um militar português que serviu em diversos postos na Guiné, nos legou um registro escrito de um rumor que circulava na povoação de Geba no início dos anos 80 do século passado. O contexto social em que o rumor é descrito é marcado pelas razias e ameaças do chefe Fula-preto Mussa Molo à população de Geba e

pela articulação entre esse chefe de guerra Fula e o juiz do povo da povoação, Burê Vaz. Assim registrou Marques Geraldês:

"E boatos corriam de que o juiz se servia do sangue humano extrahido das veias de creanças, a fim de se escrever cartas que serviam de talisman para o bem estar d'aquelle genio do mal" (o chefe Fula-preto) (1887:476).

A relação entre o juiz do povo e Mussa Molo era, segundo o oficial português, tão estreita que o primeiro era chamado de "alma damnada" do segundo².

Vale a pena ressaltar dois pontos sobre essa citação. Em primeiro lugar, as ações do juiz do povo sobre as crianças são registradas explicitamente como uma narrativa pertencente à categoria dos rumores. Isto, como foi visto, não é muito comum no registro escrito. Caracterizações menos explícitas eram mais freqüentes. Por exemplo, o mesmo oficial português narra alguns eventos que antecederam ao assassinato de Ancuballa, que fôra juiz do povo antes de Burê Vaz, associando o seu assassinato a uma trama tecida por Vaz e Mussa Molo. Porém, ao invés de classificar tal narrativa como rumor ou boato, intriga ou mexerico, Marques Geraldês opta por um circunlóquio, afirmando que "já era **voz pública** que fôra o juiz do povo Boré Vaz, que pedira a morte de Ancuballa" (1887: 479, grifos meus).

Em segundo lugar, há uma impressionante continuidade entre o boato sobre Burê Vaz e os rumores sobre os sapa kabesa e sobre a criança aprisionada no porto. No plano da superfície narrativa há algumas semelhanças entre eles, mas na dimensão da estrutura há uma homologia total que leva a pensar sobre um mesmo dilema. Os três rumores narram uma ação violenta que separa pessoas e grupos. Os recipientes da ação -- a pessoa que tem a cabeça cortada e as crianças -- pertencem ao grupo do sujeito que narra o rumor, tornando possível a afirmação de um Nós. Os sujeitos da ação são seres liminares, fazendo parte de uma alteridade próxima e inevitável: são os outros que vivem ao nosso lado sem, contudo, fazerem parte de nosso grupo. Nos rumores atuais, os candidatos a esse papel são os estrangeiros que vivem ou passam pela Guiné-Bissau; no boato registrado por Marques Geraldês, ele era um grumete³, um agente social que, do ponto de vista dos portugueses e da elite crioula da época, era pouco confiável. No dizer de Pelissier, "o problema com eles (os grumetes) é nunca se saber antecipadamente para que lado penderão em caso de conflito" (1989, I: 36). Os beneficiários da ação representam a diferença radical; eles são os Outros. Em um caso, o régulo Mussa Molo; nos outros, os senegaleses e os guineenses de Guiné-Conacry que consomem cabeças e os europeus que importam crianças.

Para criar a diferença e a alteridade, os três rumores articulam os mesmos símbolos: a criança e o corpo. Nos três rumores, o membro do grupo é mutilado e tornado

² - Marques Geraldês, 1887, pp. 474, 476.

³ - Esse é um termo com várias significações na história da Guiné-Bissau. Estou a utilizá-lo para designar os africanos que viviam nas bordas dos centros urbanos da Guiné, exercendo diversas ocupações essenciais para a manutenção das atividades comerciais entre europeus e africanos (como intérpretes, remadores, carregadores, intermediários no comércio etc.). Eram pessoas que se ligavam aos comerciantes "brancos" por laços reais ou putativos de parentesco e que adotavam superficialmente os hábitos cristãos e portugueses. Eram, em suma, a massa de gente cujos descendentes vieram a se constituir na sociedade crioula da atualidade.

incompleto, para o consumo e benefício de um Outro que é intrinsecamente desumano e associado a forças malignas: o chefe Fula é um gênio do mal e o grumete Vaz tem a alma danada, perdida, poluída. Ora o membro do grupo tem a cabeça cortada, ora seu sangue é sugado, ora seu corpo é separado do grupo pelo fechamento em um contentor. O que a mutilação faz é anular a identidade, separar a pessoa daquilo que a define. Simbolicamente isto é realizado pela destruição da memória que liga o presente ao passado da pessoa (separando a cabeça do corpo), pelo rompimento das ligações constituidoras da família, especialmente as relações de consangüinidade (extraíndo o sangue das veias), e pela desumanização da pessoa, transformando-a em mercadoria de exportação (armazenando-a em um contentor). Simbolizar o membro do grupo pela criança faz com que a mutilação seja ainda mais intensa, pois a criança é um ser social naturalmente incompleto, alguém que ainda não detém todas as chaves para decodificar as mensagens, os valores e a estrutura de símbolos de sua cultura.

Obviamente, a diferença instaurada no rumor apresentado por Marques Geraldes não é a mesma que a recriada pelos rumores atuais. Aquele rumor não elabora mensagens e projetos sobre a identidade nacional, embora a identidade social seja o seu tema. Na segunda metade do século passado, o dilema dos habitantes das praças não se referia à opção de ser ou não ser guineense, mas era, para uns, o de ser crioulo, não sendo português nem africano tradicional e, para outros, o dilema de ser simultaneamente negro, africano e português.

A homologia estrutural que une esses três rumores tem profundas implicações teóricas para a compreensão da delicada relação entre estrutura e história na sociedade crioula. O rumor sobre o juiz do povo está afastado dos outros dois por um intervalo de tempo superior a 100 anos. Enquanto o primeiro surgiu em um contexto pré-colonial, os outros circulam na Guiné-Bissau independente; na realidade, quase 20 anos após a independência, depois que a sociedade ultrapassou o período inicial de um purismo ideológico férreo. Mas a dinâmica social não operou apenas no plano político. A Guiné de hoje é profundamente diferente da Guiné de 1880 no que concerne à distribuição demográfica, ao acesso e produção de tecnologias, no plano dos valores, na organização jurídica, em suma, em todas as dimensões da vida social. Ela não é, portanto, uma sociedade sem história, no sentido de ser avessa a mudanças ou no de experimentar um passo pouco acelerado de transformações. Assim, a persistência de uma homologia estrutural no plano dos rumores não pode ser compreendida a partir da oposição freqüentemente utilizada pelos antropólogos entre sociedades com e sem história⁴. No entanto, não pode ser colocada como uma simples curiosidade etnográfica, pois tal persistência clama por inteligibilidade.

Meu interesse neste artigo não é elaborar um modelo que confira inteligibilidade a esse fato. De modo muito mais modesto, minha intenção aqui é, por um lado, apresentá-lo e mostrar sua relevância e, por outro, sugerir uma hipótese de trabalho a ser investigada. Os lingüistas reconhecem que é pouco elucidativo estudar uma língua crioula ou um pidgin somente pela via da análise sincrônica, pois as variações manifestas no presente de uma língua crioula são uma reprodução de sua história⁵. O mesmo parece se aplicar aos estudos

⁴ - Lévi-Strauss, 1976, caps. 8 e 9.

⁵ - Kihm, 1980, pp. 378-79.

das sociedades crioulas. Os dois rumores que registrei em Bissau em 1992 são uma transformação estrutural do rumor de 1887. A contradição que eles expressam ontem e hoje é a mesma: trata-se do dilema de ser crioulo, intermediário e pendular. Hoje a contradição se põe em termos da construção de uma identidade nacional; ontem ela era pensada em termos de uma identidade local e crioula. Assim, apesar de histórica e dinâmica, a sociedade crioula se caracteriza pelo dilema que perpassa toda sua dinâmica e todo seu existir na dimensão temporal: o dilema de ser ou não ser. Sendo tão profundamente arraigado na sociedade, esse dilema é um fator de continuidade a garantir que a intensa dinâmica social não rompa com a frágil estrutura da sociedade, uma continuidade que torna possível a domesticação das descontinuidades, dos conflitos e das rupturas, uma continuidade que dá à sociedade a sua história possível.

IV - GEBA

A vida social de Geba se caracterizava, na época daquele rumor, por um momento em que o dilema sobre a identidade era intenso. Geba é hoje uma pequena povoação, mas já viveu momentos de brilho e esplendor. É uma das povoações mais antigas da Guiné, datando do fim do século XVI. Em 1669, o comerciante Francisco de Lemos Coelho assim a descrevia

"He a povoação da Jeba a terceira que ha hoje em Guiné, e agora faz trinta annos que se podia dizer que era a primeira assim no trato, como nos moradores mas o governador de Gambea sendo capitão de Cacheo mandou levar os moradores para com elles fazer a povoação de Tubabodaga [Farim] no rio de Farim ficou dezerta, e hoje não ha nella mais que filhos da terra, se bem ainda destes ha mais de duzentas almas christans" (1953: 49).

Localizada no limite navegável do rio que leva o seu nome, Geba era a localidade em que, segundo Bertrand-Bocandé, "se fait le plus grand commerce des Portugais dans la Guinée" (1849: 319). Essa posição privilegiada devia-se à sua localização estratégica como porto fluvial para onde confluíam as caravanas de mercadores Mandingas e Fulas que vinham do norte e do leste para ali fazer o comércio da cera, marfim, couro, sal, cola, algum ouro e escravos, que então fluíam para Bissau, de onde eram exportados⁶. Um comentário um tanto exagerado de um negociante que visitou a região em 1831 também dá a dimensão da importância de Geba:

"Só este ponto, attendido com attenção que merece, de certo desvanecerá a maior parte do pezar e prezuiso que Portugal tem soffrido com a separação do Brasil" (Faro, 1958:210).

No início do século passado, a população de Geba era estimada em 3000 pessoas,

⁶ - Carreira, 1984, pp. 71, 102. Barreto, 1947, p. 17. Este guineense não mencionava o tráfico de escravos que a essa época já sofria a oposição e a repressão britânica. Sabe-se, contudo, que ele estava envolvido neste comércio. Pelissier, 1989, I, p. 137 nota que a mãe desse grande comerciante tinha mais de 100 escravos em 1861.

maior, portanto, que a de Bissau, que na época tinha 2000 habitantes⁷. Pelissier (1989, I:78-79) descreve a população local como sendo composta por cinco ou seis brancos, mestiços, grumetes, escravos, além de Mandingas, Fulas e Beafadas. Seus moradores se dedicavam totalmente ao comércio, não havendo ali os costumeiros levantes, conflitos e escaramuças entre os moradores cristianizados da povoação e as populações étnicas dos arredores que tanto caracterizavam a vida em Cacheu e Bissau⁸.

A partir de 1840, um complexo conjunto de acontecimentos veio a alterar a posição de Geba relativamente aos outros aglomerados crioulos da Guiné. Nos primeiros anos desta década, a cultura de mankara (amendoim) foi introduzida no rio Grande (atual região de Quínara) por comerciantes franceses, portugueses, caboverdianos e mestiços da terra⁹. A princípio, isto elevou o movimento comercial de Geba, pois a necessidade de mão de obra nas pontas agrícolas do Forria levou a um recrudescimento das razias com o objetivo de capturar escravos no Kaabu. Como Geba ficava às portas do Kaabu, era ali que os cativos eram negociados¹⁰.

Associado à riqueza trazida pelo cultivo da mankara no Quínara, conflitos e guerras interétnicas violentos assolaram o Kaabu e o Forria. De modo bastante sucinto, este era o quadro: o Kaabu foi desde o século XIV o grande reino dos Mandingas que vieram do Mali. A partir do século XVIII, os Fulas do Futa-Toro, acompanhados de seus rebanhos, começaram progressivamente a penetrar na área do Kaabu, estabelecendo relações pacíficas com os donos do chão. A estrutura social estratificada dos dois grupos e o cada vez mais intenso tráfico de escravos na costa contribuíram para que, com o passar do tempo, uma parte dessa população Fula e parte dos Beafadas que viviam no território contíguo ao do Kaabu fossem submetidos à condição de escravos. Estes ficaram conhecidos na literatura como os Fulas-pretos. Por volta de 1850, paralelamente ao recrudescimento das razias de captura, os Fulas-pretos deram início a um movimento de revolta contra seus senhores, os Mandingas e os Fulas-forros. Começa então uma série de guerras envolvendo esses grupos, mais os Fulas do Futaa-Djalón e os Beafadas do Forria, que levou à derrocada do reino do Kaabu em 1864 ou 1865. Isto, contudo, não acabou com a instabilidade na região, pois, uma vez derrotando os Mandingas, os diversos grupos Fulas continuaram a guerrear entre si e com os habitantes das praças até o início do século XX¹¹.

Estes conflitos levaram tal insegurança à região produtora de mankara que, das 112 pontas (propriedades agrícolas) existentes em 1875, apenas 43 continuavam a existir

⁷ - Barreto, 1947, p. 17. Bernardino A. Álvares de Andrade, 1952, p. 59, que serviu em Bissau no fim do século XVIII, afirmava que em 1775 a população de Geba era de 2600 pessoas, contando os cristãos e os gentios que viviam misturados à povoação.

⁸ - A guarnição militar de Geba era composta em 1843 por apenas oito soldados, enquanto as de Bissau e de Cacheu tinham respectivamente 76 e 45 militares. Ver Pelissier, 1989, I, p. 55.

⁹ - Carreira, 1984, p. 92. Brooks, 1975, faz uma avaliação aprofundada sobre as conseqüências do cultivo da amendoim na costa da Guiné.

¹⁰ - Pelissier, 1989, I, p. 120, afirma que por volta de 1853 o tráfico de mercadorias aumentou em Geba, indicando também a compra e venda de escravos, inclusive de grumetes, naquela povoação.

¹¹ - Sobre a história do Kaabu, ver Mané, 1978. Ver também Carreira, 1984, pp. 80-90.

em 1885¹². Mais ao norte, em Geba, o chefe Mussa Molo estava cada vez mais arrogante e exigente, aterrorizando não só os Fulas-pretos, seus súditos, mas também os derrotados Mandingas, os comerciantes e os grumetes moradores da praça. Em 1885, ele era o senhor oculto de Geba, que vivia em franco declínio desde a derrocada do Kaabu, 20 anos atrás. A decadente Geba passou então a ser "um caso curioso de reconquista africana de um posto avançado europeu" (Pelissier, 1989, I:226).

O rumor descrito por Marques Geraldês circulava exatamente nesta época em que os crioulos de Geba se defrontavam com a possibilidade de se reafricanizar, isto é, de se fulanizar. Aquele era o momento em que o ser e o espaço social crioulo estavam ameaçados de perder toda a sua especificidade. O rumor em questão parecia ser uma tentativa simbólica de afirmar a diferença e de recriar a identidade.

V - AS PEGADAS DOS RUMORES

A evidência da endemia histórica dos rumores se encontra precisamente no modo peculiar pelo qual os rumores se fazem presentes nas fontes escritas. Raramente explicitados enquanto tais na escrita, os rumores estão nela constantemente inscritos pelo silêncio, na medida em que deixam no registro escrito uma pegada que marca a sua presença já ausente¹³. Se quisermos encontrar nas fontes escritas a evidência de como os rumores são historicamente endêmicos na sociedade crioula, devemos então buscar pelas pegadas que eles deixam ali.

O início do século nas praças da Guiné colonial foi marcado por conflitos e intrigas generalizadas. No plano político e administrativo, conflitos em torno do exercício real da autoridade de governar eram freqüentes entre os diversos grupos sociais que viviam nas praças: militares e administradores, comerciantes portugueses, franceses e alemães, negociantes da terra, caboverdianos e os grumetes. Esta estratificação permitia em cada situação um grande número de alinhamentos, todos eles muito frágeis, entre os grupos. As intrigas cresciam sem controle. Alguns exemplos:

1- No panfleto intitulado "Explicação ao Povo da Guiné: Porque pedimos a demissão de Vogaes da Comissão Municipal de Bissau", Valentim da Fonseca Campos e Manuel Antonio de Oliveira (1911) afirmam:

"Ha negociantes que prosperam rapidamente e tambem **se diz** que é devido a terem abertos os cofres do Estado para com o dinheiro pago pelos outros fazerem seus negocios à vontade. **Consta-se** que fazem contrabandos e favores que prejudicam a fazenda pública. Os estrangeiros, não digo todos, jactam-se de predominar sobre as auctoridades portuguezas e conseguir dellas tudo o que querem a troco de champagne, cervejas e pic-nics" (1911:5, grifos meus)¹⁴.

¹² - Carreira, 1984, p. 93.

¹³ - Atuando desta forma, os rumores parecem existir na sociedade crioula como aquilo que Derrida (1976) chama de "traço", isto é, palavras que "se apresentam como a marca de uma presença anterior" (Spivack, 1976:xv).

¹⁴ - Valentim da Fonseca Campos, em outro opúsculo, denunciava as "**mancomunicações**

Estes autores não são os únicos a deixar por escrito denúncias sobre irregularidades administrativas cometidas por funcionários do governo colonial. O "Boletim Oficial da Guiné Portuguesa" (BOGP) está carregado de ordens para a abertura de sindicâncias às contas e escrituração de órgãos públicos e à atuação de funcionários.

Intrigas sobre a probidade dos funcionários públicos também desaguavam no "Boletim". Em 1916, José Ressano de Azevedo Enes mandou publicar no BOGP uma matéria intitulada "Pendência", na qual pedia a duas pessoas que exigissem em seu nome uma satisfação "**completa e escrita das caluniosas palavras**" lançadas contra ele por Joaquim Belo de Carvalho (BOGP, 1916, nº 27:224) sobre sua probidade como funcionário. Em 1934, Carlos Craveiro publica um desmentido que tinha início assim:

"Tendo chegado ao conhecimento do signatário que **alguém** tem feito propalar, para fins que são fáceis de descortinar, que o signatário desfalcou o cofre da Junta Geral de Coimbra..." (BOGP, 1934, nº 47:620, grifos meus).

2- Cândido Carlos de Medina, que fôra presidente da "Commissão Republicana de Bissau", deputado pela Guiné e membro da "Commissão Municipal Administrativa", demitido pelo governador Carlos Pereira¹⁵, publicou um panfleto chamado "A Guiné nas Constituintes ou Miserias de um Deputado" (1912). Neste panfleto, faz denúncias contra a imoralidade pública, contra o deputado Antonio da Silva Gouvêa (um comerciante português, com muita influência no governo, que fez fortuna na Guiné) e contra os extravios de renda da Fazenda Nacional por altas autoridades. Sugere que seu pai, Nicolau Carlos de Medina, fôra morto por envenenamento a mando de Antonio Gouvêa e menciona irregularidades no inventário de seu pai, que naturalmente favoreciam o corrupto Gouvêa. Segundo o autor, houve uma combinação entre o Juiz de Bolama, o representante da firma Gouvêa, o curador dos orfãos e o escrivão, conluio que teve lugar em uma "**casa mortuária**, tendo conhecimento dela as pessoas que estavam em choro" (1912:8, grifos meus)¹⁶.

3- Pedro Affonso de Barros, um santomense que veio deportado para a Guiné por causa de intrigas políticas, denunciava o processo eleitoral na colônia. Entre outras intrigas que assolavam a vida das praças na colônia, ele conta que:

"Um dos gouveistas pediu ao juiz do povo Felipe Gomes Borges o seu voto e o de seu povo. O pobre homem respondeu-lhe que podia dispôr livremente do seu voto..., mas que dos votos do seu povo, que elle, juiz, considera homens livres, não podia... usar, sem uma consulta previa. O **alliciador** pediu-lhe... que fizesse a consulta, prometendo-lhe em nome

illicitas com determinadas casas comerciais em manifesto prejuizo para os dinheiros do Estado" (1912:12, grifos meus) feitas pelo chefe da "Delegação d'Alfandega de Bissau".

¹⁵ - Ver Barros, 1911, que narra as intrigas entre os republicanos, entre eles Candido Carlos de Medina, e a facção do governador Pereira.

¹⁶ - Intrigas de cunho político freqüentemente desembocam nos inventários de herança. Ver o opúsculo de Raymundo Ledo Pontes, 1912, onde há denúncias contra o Tribunal e o Concelho de Família e uma descrição de irregularidades nos processos de herança. Sobre o mesmo tema, ver também as notícias e avisos no BOGP, 1886, nº2, p. 8 e 1920, nº 25, p. 248.

do senhor Gouveia e do senhor governador da provincia, todo o dinheiro preciso, vaccas, barris de vinho etc. O juiz do povo obedeceu. Fez reunir os grumetes, notificou-lhes o pedido e a promessa da seductora recompensa. Os grumetes, porem, resistiram à seducção, e declararam conhecer de visu ambos os candidatos, optando todos por votar na candidatura do senhor Jayme Augusto da Graça Falcão, sem dinheiro, sem vinho e sem vaccas.

O juiz do povo communicou esta resolução aos gouveistas, que escudados abertamente e criminosamente pelo governador da provincia, o ameaçaram com a demissão e ao seu immediato Jose Alves com o desterro para Angola ou São Thomé" (1911:14).

4- A não participação na luta política, ou pelo menos em uma de suas multifacetadas dimensões, também adentra o registro escrito. Em 1911, Pedro Julio do Rosário, que era tesoureiro da "Commissão Municipal Republicana de Bolama" publica um aviso no BOGP (1911, nº 25:178) avisando de seu desligamento da mesma. Um mês mais tarde, publica outro aviso em que "chama atenção para o seu aviso publicado no Boletim Official nº 25 ... e vem, por este meio, patentear ao respeitavel publico, para o seu conhecimento, de que não toma parte em politica alguma n'esta provincia, seja de que carater fôr, como **se pretende demonstrar**" (1911, nº 31:234, grifos meus).

5- Os eventos relacionados à campanha de 1915 do capitão Teixeira Pinto contra os grumetes e os Papeis (etnia majoritária da região de Bissau) são carregados de intrigas. Enquanto ultimava os preparativos para a campanha, o capitão relatou que os grumetes conjugavam todos os seus esforços para impedir a guerra. "Principiaram as **cartas anónimas** ameaçando-me de morte, como se eu ...me assustasse com ameaças de **cobardes anónimos**" (Teixeira Pinto, 1936:183, grifos meus). Mais adiante, o comandante afirma que os grumetes "estabeleceram intrigas entre os chefes irregulares ... e enquanto fui a Lisboa procuraram indispor os officiais comigo(:183-84).

No campo oposto, o advogado Loff de Vasconcelos, defendendo os membros da "Liga Guineense", acusados de incitamento à rebelião dos Papeis e grumetes, afirmava com ironia que a culpa da injustiça que recaiu sobre os membros da "Liga" era devido ao raconteur e à colonite. Diz o advogado que "a fecundidade tropical, estende-se ao cerebro em materia de racontage. A **força imaginativa** ... é espantosa e chega a ser um caso pathologico digno de estudo" (Vasconcelos, 1916:50). Mais adiante, conclui que o "raconteur dos tropicos **inventa, phantazia**, avoluma os factos, **torce-os** por mero prazer de ser **narrador** inédito e chega a convencer-se de que diz a verdade" (:51, grifos meus).

* * *

Em cada um dos casos acima, algumas expressões deixam entrever as pegadas de uma presença original nas situações que geraram ou motivaram o registro escrito. Os sujeitos de algumas ações descritas e da narrativa muitas vezes aparecem no relato escrito como seres indefinidos. Assim, temos expressões como "consta-se", "se diz" e "alguém tem feito". Em um outro caso, o qualificativo anônimo é explicitamente colocado para se referir aos autores de cartas e ameaças. Em tudo isto está a pegada dos rumores, um tipo de narrativa oral em que o autor original das mensagens se perde no seio de um sem número de interações em que elas são transmitidas. Nos rumores, o "consta-se" ou o "se diz" se

transformam nas expressões crioulas jinti ta konta ou jinti ta fala.

Uma segunda pegada encontra-se na irônica, mas precisa, observação de Vasconcelos que denominava os autores/mentores das denúncias contra os membros da "Liga Guineense" de raconteur: expressão poderosa, especialmente porque usada em francês, que equiparava os autores das denúncias aos contadores de histórias. Um pouco mais adiante, Vasconcelos usava uma outra expressão menos poderosa, mas igualmente vinculada à oralidade: "narrador". Os dois termos referem-se a uma prática que, segundo esse autor, tinha bastante pujança na sociedade colonial de então, prática que para o pensamento determinista da época e do autor estava intrinsecamente associada ao ambiente tórrido dos trópicos. O verbo crioulo jumbay designa esta prática. Jumbay é o termo usado para se referir às reuniões feitas com o exclusivo propósito de conviver. Etimologicamente, jumbay é resultante da aglutinação entre os termos portugueses "ir" e "junto". Através da prática do jumbay as pessoas no ambiente das praças passam a dividir um único mundo, a tomar conhecimento daquilo que escapa aos estreitos limites da rede de interações face a face de cada um e a ficar informadas dos acontecimentos da praça. O raconteur é sobretudo um papel que é essencial para o exercício efetivo do jumbay, papel assumido por todos que se envolvem nesta fecunda prática típica da Guiné de ontem e de hoje.

As pegadas deixadas pelos rumores fazem mais do que apontar para a natureza oral e para a fonte difusa e inominada das mensagens que eles põem em circulação. Elas indicam também algo sobre o espaço social em que os rumores circulam. Ao mencionar a cumplicidade das autoridades na manipulação da herança de Nicolau Carlos de Medina, seu filho, Cândido, afirmava que ela teve lugar em uma casa mortuária, e que o encontro e o conluio foram testemunhados pelas pessoas que ali "estavam em choro". É profundamente significativo o uso da palavra "choro", que na forma crioula cur significa rito funerário. Assim como a língua crioula transformou metonimicamente o termo "choro", que designa o ato de chorar, no termo cur, para representar a ocasião onde se chora (o funeral), o deputado Medina, pelo mesmo uso da metonímia, procurou representar através da prática do cur a cultura crioula que o pratica. Talvez temeroso de que sua imagem, carregada de poder retórico, perdesse, pela mesma elaboração simbólica que lhe confere poder, a significação, Medina buscou ainda localizar a cultura crioula em um espaço social e relacioná-lo a outras práticas sociais. A casa mortuária representa esse espaço, e o que nela ocorre são práticas tipicamente crioulas. Quem assistiu a quaisquer das inúmeras cerimônias funerárias que são cobertas pelo termo cur e suas variações como, por exemplo, o toka cur, sabe que o que ali se passa é uma polifonia de vozes que varia da conversa sussurrada ao canto, do batuque ao pranto aberto ou ritualizado. Encoberto entre essas vozes, Medina nos relata, estavam a cumplicidade e o conluio; em suma, os rumores.

As pegadas que os rumores deixam no registro escrito não representam um mero imiscuir accidental e inconseqüente da oralidade na escrita. Em si mesmas, elas põem essas duas formas de representar o mundo em uma relação valorativa, pois ao se manifestarem na forma de pegadas, os rumores são tomados pela escrita como uma forma que tem uma determinada relação com a verdade dos fatos. Enquanto, no dizer do funcionário colonial Azevedo Enes, a escrita esgota e completa os fatos apresentados por ela, as palavras e a oralidade dos rumores caluniam. O advogado Vasconcelos nos lembra que o rumor e a oralidade têm uma relação imaginativa, inventiva e fantasiosa com a verdade, sendo esta torcida pelo raconteur. O mesmo autor descreve a força imaginativa da racontage como um caso patológico, resultado de uma doença dos trópicos que ele chama de colonite. Este

também é o ponto de vista de Valentim da Fonseca Campos, que denunciava junto com as mancomunações ilícitas entre funcionários e comerciantes a própria oralidade em que o contrato corrupto era realizado. A expressão "aliciador" utilizada por Barros (1911) para narrar a intriga político-eleitoral carrega consigo um sentido semelhante ao da expressão "mancomunações ilícitas", pois, no contexto em que aparece, aliciar está obviamente associado à oralidade e à corrupção. Para se opor à imaginação selvagem, corrupta, poluída e patológica da oralidade e dos rumores é que Pedro Julio do Rosário mandou publicar seu anúncio no BOGP, pois, por ser escrito e publicado, ele demonstrava a verdade daquilo que seu autor queria afirmar.

Finalmente, este modo que os rumores têm de se fazer presente no registro escrito -- deixando nele suas pegadas -- revela uma tensão entre dois modos de comunicação: o oral e o escrito. Eles estão relacionados por um tipo de oposição que se quer como oposição hierárquica, gerando a relação de englobamento do contrário na qual um elemento representa a totalidade enquanto o outro, embora pertencendo a essa totalidade, se distingue e se coloca em oposição a ela¹⁷. Diferentemente da oposição distintiva, a oposição hierárquica inclui, como vimos, uma relação valorativa. A tensão a que me refiro tem a ver com a luta pela definição de qual é o elemento que representa a totalidade e o valor. É, pois, no interior dessa tensão que a questão sociológica da autoridade vai ser encaminhada e que a diferença e a desigualdade vão tomar forma.

VI - ESCRITA E ORALIDADE

O que significava e ainda significa tornar uma mensagem pública através da escrita? Qual o sentido da tensão histórica entre oralidade e escrita nas praças da Guiné? Qual o papel desempenhado pelo sistema de dominação colonial nessa tensão? Há alguma correlação entre a estrutura de diferença e esses dois modos de comunicação? Essas são questões que o material apresentado até então suscita. Não espero respondê-las completamente, senão apontar algumas trilhas que indicam para o caminho que leva a uma melhor compreensão desses temas. No centro deste quadro de interrogações está a questão da relação entre escrita e oralidade, tema de uma literatura já bastante vasta e complexa¹⁸.

Goody (1977:37-44) argumenta que mudanças no modo de comunicação, especialmente o desenvolvimento e adoção da escrita fonética em larga escala, favorecem o crescimento da atividade crítica, da racionalidade e do ceticismo. Quando posto na forma escrita, o discurso passa a ser objeto de uma inspeção mais detalhada e cuidadosa. Por não se desmanchar no ar como as palavras da fala, o discurso escrito pode ser escrutinado nas partes e no todo; as relações e a lógica que ligam as diversas partes para formar a totalidade podem ser examinadas repetidas vezes, uma a uma, de trás para a frente e vice-versa. Essas características do discurso escrito contribuem para que nele haja uma percepção mais consciente das diferenças de sentido, fazendo com que o receptor da mensagem considere

¹⁷ - Ver Dumont, 1980, pp. 239-45.

¹⁸ - Estudos propriamente antropológicos sobre o tema são os de Goody, 1977, 1986 e 1987. Lévi-Strauss, 1979, pp. 290-301, também toca na questão. Na filosofia, Derrida, 1976, dedica-se a revelar a violência da escrita, que ele considera de modo mais amplo. Ricoeur, 1979, é outro filósofo que se debruça sobre o tema.

com mais cuidado a lógica do texto, particularmente no que se refere às contradições existentes entre as partes. Tudo isso conduz a uma preocupação maior com as regras do argumento, preocupação que faz da escrita um meio especialmente adequado para o controle da multiplicidade, da diferença e da contradição.

Quero lembrar mais uma vez que os rumores são endêmicos e que têm uma estrutura aberta de transmissão, o que faz com que os sentidos de suas mensagens variem, potencialmente, a cada interação face a face em que são transmitidos. Na realidade, um rumor, tomado em sua trajetória total de circulação, se desdobra em vários rumores. Assim, tornar público e escrito o tema de um rumor é, em larga medida, uma tentativa de controlar a diferença e de domesticar as contradições que por ventura existam no argumento interno e que certamente se manifestam nas variadas versões desdobradas de um rumor original.

Ao controlar a contradição e a diferença, a fixação dos rumores pela escrita também recria a noção de verdade, que passa a ser pensada como a adequação e correspondência entre aquilo que é narrado no discurso e os fatos acontecidos. Controlando a multiplicidade de sentido dos rumores, a escrita quer para si uma verdade que parece se recusar a uma hermenêutica, por desnecessária, pois, sendo escrita, ela é transparentemente verdadeira: não é torcida ou inventada, não envolve a utilização das qualidades basicamente humanas da fantasia e da imaginação, não passa, portanto, pelos sujeitos sociais. Como os funcionários coloniais pareciam pensar, a verdade da escrita é única, completa e não diz respeito ao mundo intersubjetivo, pois provém diretamente dos fatos e de sua inscrição pela escrita por um sujeito com autoridade.

Sugiro que, no contexto colonial da Guiné, o discurso escrito competia com os rumores e outras formas narrativas típicas da oralidade para estabelecer a verdade, isto é, para instaurar o sentido com força de verdadeiro. Ao distinguir o discurso escrito do oral, Paul Ricoeur (1979:77) mostra que a inscrição do discurso oral pela escrita deixa alguns resíduos de sentido na medida em que os atos ilocucionários e perlocucionários típicos da fala resistem à fixação pela escrita. Por outro lado, parece crer o filósofo que a atividade hermenêutica seja mais completa com referência ao discurso escrito, pois neste, "a intenção do autor e o sentido do texto deixam de coincidir" e "a carreira do texto escapa o horizonte finito vivido pelo autor" (:78). Estas distinções sofrem do viés típico dos filósofos, que tomam o próprio mundo erudito da filosofia como o mundo dos homens. Ricoeur pode estar correto em fazer essa distinção se tem em mente textos como os de Platão, Descartes ou outro texto paradigmático da cultura do Ocidente. Porém, creio que com referência aos textos (denúncias, portarias, decretos etc.) produzidos na situação colonial da Guiné, sua distinção não se aplica. Pelo contrário, naquele contexto, as coisas parecem se passar inversamente: é a escrita que liga o sentido do texto ao seu autor enquanto o discurso oral dos rumores veicula um sentido que escapa às intenções de cada um de seus autores individuais.

Foi visto que a verdade unívoca e completa não é a verdade dos rumores. Os atores envolvidos em sua criação e transmissão não estão exatamente preocupados com a existência de fato de alguém à solta pelo país a cortar cabeças. Tampouco estavam obcecados para saber se o juiz Burê Vaz escrevia mesînu (amuletos feitos de couro com um trecho do Corão escrito em seu interior) para Mussa Molo e, em caso positivo, se usava o sangue de crianças como tinta. A verdade dos rumores é multifacetada e integradora de contradições: é anárquica, é a verdade da diferença e da violência que sempre a caracteriza.

Controlar a contradição e estabelecer uma noção de verdade que é unívoca e

intrinsecamente associada aos fatos são ações ou processos que não têm lugar exclusivamente no plano epistemológico. Estabelecer e controlar o que quer que seja é sempre e já uma ação sociológica, um ato de poder. Lévi-Strauss, narrando o incidente da introdução da escrita entre os Nambikwara, afirma que o seu aparecimento estava mais relacionado com o aumento do prestígio e da autoridade de seu usuário do que com o desenvolvimento e armazenamento do saber (1979:294). Mais adiante, ele generaliza, contando que "a função primária da publicação escrita foi o de facilitar a servidão" (:296)¹⁹. Com uma linha de abordagem complementar, Goody (1986:116) aponta que a emergência da escrita, principalmente do sistema de regras e regulamentações que chamamos de sistema legal²⁰, introduziu profundas modificações na relação entre governantes e governados. Segundo ele, o aumento do conhecimento que a escrita e o sistema legal trouxeram para o Estado representou um aumento de seu poder de governar. Ora, se substituirmos a idéia de aumento de conhecimento pela de capacidade de determinar o verdadeiro, poderemos compreender a tentativa de apropriação dos rumores e sua domesticação pela escrita como a expressão de uma propriedade fundamental da interação política que é o gerenciamento do sentido (cf. Cohen and Comaroff, 1976).

Os exemplos apresentados deixam entrever que a relação entre escrita e rumores é uma relação de poder e autoridade, e que a escrita tem a pretensão de ter a capacidade de determinar o verdadeiro, de apresentar a versão completa e definitiva dos fatos. Um exemplo atual torna meu argumento mais convincente. Alguns dias depois que tive conhecimento do rumor sobre os sapa kabesa, foi publicado no jornal Nô Pintcha (orgão do Ministério da Informação e Telecomunicações) de 26/6/92 uma matéria com o seguinte título: "Sapa cabeça. Boato ou não a polícia está de alerta". Nela noticiava-se a existência de rumores sobre cortadores de cabeça para concluir que eles não eram verdadeiros. A matéria terminava afirmando que a Polícia de Ordem Pública pedia a colaboração da população para "denunciar ... qualquer acto que visa alterar a ordem pública e tranqüilidade". O que as autoridades realizavam ao se apropriar do rumor e inscrevê-lo na escrita é, a um só passo, remover sua verdade mais profunda de discurso sobre a identidade, qualificar como falsa sua mensagem de superfície -- uma proposição sobre a existência dos sapa kabesa -- e criar um discurso "verdadeiro" sobre a ordem pública e sobre quem deteria legitimamente a autoridade para fazê-la prevalecer: o aparelho de Estado que é a Polícia de Ordem Pública.

Detendo o poder de controlar a multiplicidade e a contradição, a escrita, especialmente os textos legais e administrativos, busca controlar também os grupos que se contradizem, principalmente quando alguns deles ainda não fazem um uso generalizado dela. As intrigas e denúncias expostas nos exemplos escritos e nos rumores que neles deixam pegadas mostram que havia uma intensa disputa pela autoridade na Guiné do início do século. Um Portugal decadente ainda não havia conseguido controlar efetivamente o território da colônia nem mesmo se imposto nos poucos aglomerados urbanos. Militares, administradores e comerciantes portugueses viviam relações conflituosas entre si, com os

¹⁹ - Essa não é uma posição imune à crítica. Derrida, 1976, pp. 121-33, critica a posição de Lévi-Strauss por diversos ângulos.

²⁰ - Vale lembrar com Goody, 1986, p. 128, que o termo "lei" deriva do Latim lex, termo pertencente à mesma raiz do infinitivo legere (ler).

comerciantes franceses e alemães e com o núcleo e a periferia da sociedade crioula: respectivamente, a elite mestiça da terra e de Cabo Verde e os grumetes²¹.

Nessa situação colonial, a autoridade não se reduz ao sentido estreito de uma posição de poder legítimo em uma estrutura formal de dominação. Na realidade, a autoridade aqui se refere à posição que tem poder na criação de uma hegemonia naquele contexto histórico-social: um conjunto naturalizado e dividido pela comunidade colonial de práticas, hábitos, relações simbólicas e diferenças (cf. Comaroff and Comaroff, 1991:23-24). Isto nos faz salientar o fato já conhecido, mas ainda não tomado em sua devida dimensão, de que o colonialismo é uma situação que não se reduz ao simples mas violento processo de dominação e resistência que conduz ao exercício formal de governar, sendo muito mais algo que pertence ao plano da política da percepção e da experiência (Comaroff and Comaroff, 1991:5). A situação colonial também não se reduz a uma relação de oposição entre duas categorias monolíticas: colonizadores e colonizados. Em primeiro lugar, as duas categorias não são homogêneas. Se isso é uma afirmação trivial com relação aos colonizados, não é tanto assim no que se refere aos colonizadores²²: comerciantes, administradores, militares; franceses, alemães, portugueses -- são muitos grupos e interesses divergentes. Em segundo lugar, ela não se efetiva sem categorias mediadoras: na Guiné-Bissau, a sociedade crioula; alhures, uma elite local.

Como se cria a hegemonia? Qual o sentido da tensão entre escrita e oralidade no contexto colonial? Fabian (1986: 68-74), examinando as políticas lingüísticas na antiga colônia belga do Congo (atual Zaire), chega a uma conclusão que creio ter um valor geral. A política colonial foi marcada por um predicamento contraditório que se mostra na necessidade de desenvolver a colônia e torná-la lucrativa e, ao mesmo tempo, impedir ou retardar o seu desenvolvimento, de modo a mantê-la sob controle. Essa dupla e contraditória necessidade fez com que se tornasse imperativa a criação e manutenção de uma hegemonia que ele chama de poder simbólico, que se compunha de "um modo de vida e um sistema de educação, cristianização, superioridade racial e tecnológica, modos de consumo, estilo de vida política..."(Jewsiewicki, apud Fabian, 1986:74)²³. Envolvendo tudo isso, a hegemonia tornava imperativo o desenvolvimento de uma praxis comunicativa comum aos grupos sociais existentes na situação colonial (cf. Fabian, 1986:3).

Em 1915, o governador da Guiné José António de Andrade Sequeira publicou a portaria nº 369, em que demitia e suspendia alguns funcionários coloniais devido ao envolvimento deles e de alguns moradores de Bissau em um protesto contra seus atos de

²¹ - Lienhardt, 1975, examinando a literatura sobre rumores, nota que eles parecem ser mais intensos em situações sociais carregadas de tensões e conflitos. Peterson and Gist, 1951, notam algo semelhante. Afirmam que certos rumores tendem a aparecer quando informações que têm autoridade e confiabilidade são escassas. Quando a autoridade é frágil, essas informações são raras. Isto é o que acontecia na Guiné colonial do início do século.

²² - Comaroff and Comaroff, 1991, p. 10, para o caso dos colonizadores em África. Nandy, 1983, para o caso dos britânicos na Índia.

²³ - Em linhas similares, Comaroff and Comaroff apontam que a criação de uma hegemonia envolve a asserção de controle, entre outras coisas, sobre "processos rituais e educacionais, padrões de socialização, procedimentos legais e políticos, cânones de estilo, de auto-representação, de comunicação pública..."(1991: 25).

governo. O protesto havia sido feito por escrito, mas usava uma "linguagem menos conveniente e desrespeitosa" (BOGP, 1915, nº 42:350). Tal etiqueta lingüística (ou sua falta) revelava, segundo a portaria, um "estado de anarquia", a "falta de zelo e indisciplina" dos funcionários (:350).

Em 1917, o governador Manuel Maria Coelho proibiu o uso do crioulo na administração (Pelissier, 1989, II:185). Obviamente, essa proibição referia-se ao plano da oralidade, pois a língua crioula ainda não havia adquirido uma versão escrita. A razão disto estava em um conflito que colocava a facção do governador em aliança com os comerciantes franceses em oposição à aliança feita por caboverdianos, mestiços da terra, grumetes e comerciantes alemães.

Finalmente, em 1921, o governador Jorge Frederico Velez Caroço publicou a portaria nº 372, em que admoestava os funcionários coloniais sobre os conflitos de caráter pessoal entre eles. Admitia ser impossível evitá-los, mas que eles deviam ser mantidos nos limites da etiqueta, isto é, "que se guarde a compostura e o decoro, principalmente na linguagem". Exigia "correção, compostura e porte" dos funcionários "não apenas no desempenho das funções oficiais, mas também nas suas relações sociais e convívio com outras classes" (BOGP, 1921, nº 35:329-30).

Esses exemplos mostram que na Guiné colonial a tentativa de criação de uma hegemonia tinha como elemento central a questão da comunicação, entendida aqui em sentido amplo, envolvendo não apenas as trocas lingüísticas, mas também a escolha de línguas, as regras de etiqueta lingüística, cânones de estilo comunicativo e, obviamente, a tensão entre escrita e oralidade. A compostura, o decoro e a correção referem-se principalmente à linguagem, sendo suas ausências quase sempre relacionadas à oralidade e à língua crioula. A partir de 1928, com a implantação do regime de indigenato, o próprio direito de cidadania vai encontrar-se diretamente relacionado à questão da língua. A portaria nº 39 de 14/4/1928 vai definir como indígena todo aquele que, entre outras coisas, não sabe "falar, ler e escrever a língua portuguesa" (BOGP, 1928, nº 15:181)²⁴.

Há alguma correlação entre escrita e oralidade e a estrutura social das praças da Guiné. Não é, contudo, uma correlação direta e empírica que põe de um só lado europeus, escrita e língua portuguesa e, de outro, africanos, oralidade, crioulo e outras línguas locais. Não é tampouco uma associação empírica entre, por um lado, elite política e econômica e escrita e, por outro, as bordas da sociedade e oralidade. A própria definição de elite era objeto de negociação de sentido e luta por hegemonia. O advogado Loff de Vasconcelos, ao defender os membros da "Liga Guineense" revoltou-se contra o fato de eles serem considerados grumetes:

"Os agravantes não podem ser considerados, senão por injustificado desprezo, como grumetes; elles são authenticos cidadãos na plenitude de todos os seus direitos civicos, e honrados e abastados commerciantes, tendo recebido alguma instrução e sendo até um d'elles (Augusto Domingos da Costa) terceiro Official Thesoureiro d'Alfandega de Bissau e um outro (António dos Santos Teixeira) um dos Quarenta Maiores Contribuintes d'esta Provincia de Guiné" (1916:50).

²⁴ - Todos os decretos e leis posteriores que regulamentavam os direitos de cidadania continuaram a utilizar o critério lingüístico.

Vasconcelos utiliza ironicamente o termo colonite para se referir à endemia de intrigas na sociedade colonial. A oralidade e os rumores não são atribuídos por ele a nenhum grupo social específico, estando empiricamente difundida por todos eles e por toda a sociedade colonial.

Por outro lado, se se pensa em um plano mais abstrato, em que a estrutura é tomada como um modelo e não como um arranjo empírico de relações sociais, em que a escrita e a oralidade são tomadas como modos de comunicação em sentido amplo, e em que a luta pela criação de uma hegemonia é o teatro em que os grupos sociais concretos atuam, então é possível entrever alguma correlação entre estrutura e modos de comunicação, correlação resultante da frágil hegemonia que se estabeleceu por um breve período que mal ultrapassou 20 anos -- entre 1936, data da última campanha militar contra os Bijagós, e 1956, data de fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Tal correlação associa as categorias jurídicas "civilizado" à escrita e "não civilizado" ou "indígena" à oralidade. Entre essas duas, estão os crioulos, categoria sociológica cujos membros pertenciam às duas categorias jurídicas acima, que viviam a tensão essencial entre o modo de ser da escrita e o da oralidade, essencial porque relacionada diretamente ao dilema fundamental da identidade que tanto caracterizava e ainda caracteriza a sociedade crioula.

VII - CONCLUSÕES

Através da análise dos rumores que circulavam e ainda circulam na Guiné-Bissau foi visto que a sociedade crioula tem seu modo de ser marcado por um dilema fundamental que se refere à questão da identidade social. Este dilema é o que na realidade constitui tal sociedade. Historicamente, essa identidade tem sido formulada em níveis diversos, que variam entre a identidade local e crioula e a nacional. Os rumores, como uma forma narrativa da oralidade, foram e ainda são fundamentais para a compreensão deste dilema pois, além de veicularem mensagens poderosas e projetos coletivos para a identidade do grupo, nos conduzem a um desdobramento do mesmo dilema que historicamente tomou a forma de uma tensão entre a escrita e a oralidade no contexto da construção de uma hegemonia na sociedade colonial.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict 1983 - Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso
- ANDRADE, Bernardino António A. 1952 - Planta da Praça de Bissau, e suas Adjacentes [1796] In Peres, D. (ed.), Planta da Praça de Bissau e suas Adjacentes. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- BARRETO, Honório P. 1947 - Memoria sobre o Estado Actual de Senegambia Portuguesa, Causas de sua Decadencia e Meios de a Fazer Prosperar [1843]. In Walter J., Honorio Pereira Barreto. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- BARROS, Pedro Affonso de 1911 - Pela Guiné. Lisboa.
- BERTRAND-BOCANDÉ, Emmanuel 1849 - Notes sur la Guinée Portugaise ou Sénégambie Méridionale. Bulletin de la Société de Géographie, vol. XI, 3ª série, maio-junho: 265-350; julho-agosto: 57-93.
- BROOKS, George E. 1975 - Peanuts and Colonialism: Consequences of the Commercialization of Peanuts in West Africa, 1830-1870. Journal of the African History, vol. XVI, nº 1: 29-54.
- CAMPOS, Valentim da Fonseca 1912 - A Guiné a Saque. Documentos e Factos para a Historia. Lisboa: Imprensa Africana.
- CAMPOS, Valentim da Fonseca e OLIVEIRA, Manuel António 1911 - Explicação ao Povo da Guiné. Porque Pedimos a Demissão de Vogaes da Commissão Municipal de Bissau. Lisboa: Imprensa Africana.
- CARREIRA, António 1984 - Os Portugueses nos Rios da Guiné (1500-1900). Lisboa: Ed. do autor.
- COELHO, Francisco de Lemos 1953 - Duas Descrições Seiscentistas da Guiné [1669 e 1684](editado por Damião Peres). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- COHEN, Anthony and COMAROFF, John 1976 - The Management of Meaning: On the Phenomenology of Political Transactions. In Kapferer, B. (ed.), Transaction and Meaning: Directions in the Anthropology of Exchange and Symbolic Behavior. Philadelphia: ISHI.
- COMAROFF, Jean and COMAROFF, John 1991 - Of Revelation and Revolution: Christianity, Colonialism and Consciousness in South Africa, Volume One. Chicago: The University of Chicago Press.
- DERRIDA, Jacques 1976 - Of Grammatology. Baltimore: The Johns Hopkins Press.

- DUMONT, Louis 1980 - Homo Hierarchicus: The Caste System and its Implications. Chicago: The University of Chicago Press.
- FABIAN, Johannes 1986 - Language and Colonial Power: The Appropriation of Swahili in the former Belgian Congo, 1880-1938. Cambridge: Cambridge University Press.
- FARO, Jorge 1958 - Os Problemas de Bissau, Cacheu e suas Dependências Vistos em 1831 por Manuel António Martins. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. XIII, nº 50: 203-16.
- GOODY, Jack 1977 - The Domestication of the Savage Mind. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ 1986 - The Logic Of Writing and the Organization of Society. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ 1987 - The Interface Between the Written and the Oral. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIHM, Alain 1980 - La Situation Linguistique en Casamance et Guinée-Bissau. Cahiers d'Etudes Africaines, vol. XX, nº 3:369-86.
- LÉVI-STRAUSS, Claude 1976 - O Pensamento Selvagem. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____ 1979 - Tristes Trópicos. Lisboa: Edições 70.
- LIENHARDT, Peter 1975 - The Interpretation of Rumour. In Beattie, J.H.M. and Lienhardt, R.G. (eds.), Studies in Social Anthropology: Essays in Memory of E. E. Evans-Pritchard. Oxford: Clarendon Press.
- MANÉ, Mamadou 1978 - Contribution à l'histoire du Kaabu, des origines au XIX siècle. Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noir, série B. Tome 40, nº 1: 87-159.
- MARQUES GERALDES, Francisco A. 1887 - Guiné Portuguesa. Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, vol. VIII, nº 8: 465-522.
- MEDINA, Cândido Carlos de 1912 - A Guiné nas Constituintes ou Misérias de um Deputado. Lisboa: Imprensa Africana.
- NANDY, Ashis 1983 - The Intimate Enemy. Loss and Recovery of Self under Colonialism. Delhi: Oxford University Press.
- PELISSIER, René 1989 - História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia, 1841-1936, 2 Vols. Lisboa: Estampa.

PETERSON, Warren A. and GIST, Noel P. 1951 - Rumor and Public Opinion. The American Journal of Sociology, vol. LVII, nº 2:159-67.

PONTES, Raymundo Ledo 1912 - Documentos e Cartas para todos Lêrem. Lisboa: Imprensa Africana.

RICOUER, Paul 1979 - The Model of the Text: Meaningful Action Considered as a Text. In Rabinow, P. and Sullivan, W.M. (eds.), Interpretive Social Science: A Reader. Berkeley: University of California Press.

SPIVACK, Gayatri C. 1976 - Translator's Introduction, In Derrida, J., Of Grammatology. Baltimore: The Johns Hopkins Press.

TEIXEIRA PINTO, João 1936 - A Ocupação Militar da Guiné. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

TRAJANO FILHO, Wilson 1993 - Rumores: Uma Narrativa da Nação. Série Antropologia, 143. Dept. de Antropologia. UNB.

VASCONCELOS, Loff de 1916 - A Defeza das Victimias da Guerra de Bissau: O Exterminio da Guiné. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

PERIÓDICOS:

Boletim Oficial da Guiné Portuguesa

Nô Pintcha